



1

ATA 257

2 Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze, às quatorze horas, realizou-se
3 reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, em
4 sua sede no Centro de Ação Social, sob a convocação de sua Presidente, Beatriz de
5 Souza. Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros titulares governamentais:**
6 Tierri Rafael Ribeiro Angeluci, Beatriz de Souza (Secretaria Municipal de Assistência
7 Social); Daniele de Antoni Calixto Strack (Secretaria Municipal de Saúde); Cláudia
8 Daniela Coneglian (Secretaria Municipal de Educação); Antonio Ademir Rosa
9 (Secretaria Municipal de Gestão Financeira); Patrícia Ecave (Secretaria Municipal de
10 Indústria, Comércio e Qualificação Profissional). **Os conselheiros titulares não**
11 **governamentais:** José Geraldo Berger (Entidades de Proteção Social Especial de Alta
12 Complexidade); Adrianis Galdino da Silva Junior e Lúcia Pereira Wolf (Profissionais da
13 Área de Assistência Social); Anderson Quintino Martins (Entidades de Proteção Social
14 Básica). **Os Conselheiros não governamentais suplentes:** Ana Carolina da Silva Reis
15 (Profissionais da Área de Assistência Social) e Lilian Klimiont (Entidades de Proteção
16 Social Básica). **Os Conselheiros governamentais suplentes no exercício da**
17 **titularidade:** Bernadete Rocha Prestes (Fundação Municipal PROAMOR); **Os**
18 **Conselheiros não governamentais suplentes no exercício da titularidade:** Valdirene
19 Vaz de Ávila e Mauro César Shardt Dancosky (Usuários da Assistência Social).
20 **Justificativa de ausência:** Marcelo Safraid. **Registramos a presença:** Lucélia
21 Schmiguel e Sr. Eloilson, representantes do SOS. A reunião teve a **seguinte pauta:** 1.
22 Apreciação e Aprovação da Pauta; 2. Informes Gerais; 3. Informes das Comissões de
23 Acompanhamento do SUAS e de Acompanhamento do FMAS sobre a aplicação dos
24 recursos do SUAS em 2014; 4. Apreciação e Aprovação do Parecer da Comissão de
25 Monitoramento e Avaliação de Projetos sobre os seguintes assuntos: 4.1. readequação
26 do plano de aplicação do SOS; 4.2. recurso federal para as Residências Inclusivas
27 (Associação Pontagrossense de Emancipação para Deficientes/APEDEF e Associação
28 de Atendimento para Portadoras de Necessidades Especiais Nossa Senhora de
29 Lourdes); 4.3. solicitação da Gerência de Proteção Social Especial/SMAS sobre o
30 adiamento do Termo de Aceite do Programa de Acolhimento Institucional para adultos e
31 famílias; 4.4. discussão do encaminhamento da Gerência de Proteção Social Básica
32 sobre as Mobilizações da Comunidade em torno da Praça dos Esportes e da Cultura
33 (CEU); 4.5. Encaminhamento do parecer da Comissão sobre a Associação Ministério
34 Nova História; 4.6. Retificação da Resolução/CMAS/Nº 39/2014; 5. Confraternização.
35 Iniciada a reunião pelo vice presidente Tierri com a leitura da pauta. Conselheiro
36 Adrianis solicitou a supressão do item 4.1 porque não houve tempo da comissão emitir



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

37 parecer, colocou que o assunto deve voltar para a comissão porque foi enviado para
38 parecer da UGT e a comissão não pode averiguar o parecer. Secretária Carla informou
39 que se esta proposta for aceita o assunto vai ficar para fevereiro. Conselheiro Adrianis
40 respondeu que tudo bem. Conselheiro Tierri falou que a comissão discutiu o assunto e
41 no final ficou para parecer da UGT, pode-se expor o que foi dito e apontado na
42 comissão e se teve algum problema com a adequação ou não. Conselheiro Adrianis
43 colocou que a comissão não discutiu, o encaminhamento foi ir para a UGT e voltar para
44 a comissão emitir o parecer, esse foi o encaminhamento, o trâmite do Conselho deve
45 ser respeitado, o assunto deve voltar para a comissão emitir o parecer. Conselheiro
46 Tierri colocou que as adequações foram apresentadas e analisadas na comissão na
47 reunião de terça-feira e foram discutidas algumas coisas, até a entidade foi convocada
48 para prestar esclarecimentos e o assunto seguiu para a UGT para parecer final, o
49 parecer da UGT é o que vale. Conselheiro Adrianis colocou que a UGT não é a
50 comissão. Conselheiro Tierri respondeu que não é a comissão, mas é a plenária que
51 decide. Conselheiro Adrianis colocou que não é a plenária é a comissão, que foi
52 decidido na comissão encaminhar para parecer e voltar para a comissão, perguntou se
53 está equivocado. Conselheiro Tierri colocou que não lembra, falou que lembra que foi
54 encaminhado para a UGT para análise. Conselheiro Adrianis colocou que o assunto
55 volta para a comissão e a mesma emite o parecer. Conselheiro Tierri colocou que na
56 plenária passada houve o encaminhamento de outra entidade que foi aprovado na
57 plenária e eram as mesmas questões levantadas sobre o SOS, alteração dentro do item
58 de pagamento de funcionários no caso da entidade a transferência de R\$ 8.000,00 de
59 INSS para férias e no caso do SOS a transferência, se não se engana, era o mesmo
60 item para pagamento de INSS e vencimentos e salários, então o parecer na plenária da
61 reunião passada foi favorável à entidade e hoje não está sendo, não estamos sendo
62 equânimes. Conselheiro Adrianis colocou para o conselheiro Tierri: “sua atenção ao
63 parecer foi tão criteriosa conselheiro que o senhor nem lembra o que foi dito, salários
64 para FGTS valor de R\$ 26.000,00 que comprometeria um mês de pagamentos de
65 salários dos funcionários, mas já que o senhor evoca o princípio de ser equânime, que
66 tem sido sua fala quase sempre nesse Conselho, deixe que a Plenária decida”.

67 Conselheiro José Geraldo colocou que gostaria de acrescentar o seguinte: “se existe
68 comissão que pediu o parecer é claro que tem que voltar para quem pediu, caso
69 contrário não adiantou a comissão pedir, tem que voltar para a comissão para tomar
70 conhecimento, na questão jurídica nossa é sempre assim, o Juiz manda se manifestar e
71 a gente apresenta, a outra parte vai se manifestar sobre o que foi, nós temos que adotar
72 isso.” Conselheiro Tierri colocou: “ mas na reunião plenária passada... “. Conselheiro
73 José Geraldo colocou que foi errado, com todo respeito, foi errado, mas agora não



74 podemos persistir no erro. Conselheiro Antonio Ademir questionou se consta na ata
75 essa deliberação. Conselheiro José Geraldo respondeu que independente de constar
76 em ata ou não tem que voltar para quem pediu. Conselheiro Tierri colocou que as
77 questões sobre plano de aplicação, como envolve questões contábeis, o conselho não
78 esta apto para avaliar a questão contábil, acredita que qualquer encaminhamento
79 acerca de plano de aplicação o parecer tem que ser do técnico contábil, no caso a UGT,
80 e a partir do parecer da UGT o conselho não tem o que contestar. Conselheiro José
81 Geraldo respondeu que é a comissão que vai dizer e ele como advogado e em respeito
82 a comissão acha que deveria voltar. Conselheiro Tierri colocou que acha que o parecer
83 da UGT é válido independente de qual for, tanto é que na reunião passada a entidade
84 apresentou uma solicitação de alteração na comissão, foi também discutida e já
85 havíamos entendido na comissão que não seria possível e também todos os pedidos de
86 plano de aplicação de alteração são encaminhados à UGT, a comissão decidiu que é
87 encaminhado para a UGT apenas por uma questão burocrática, nos outros casos isso
88 nunca acontece, é decidido e encaminhado para a UGT, eu acho que não tem porque
89 suprimir o item. Conselheira Claudia solicitou a palavra e colocou que foi deliberado que
90 voltaria para a comissão, falou que a solicitação do SOS foi encaminhada dia cinco de
91 dezembro, recebido pelo conselho dia oito de dezembro e o parecer foi dado dia nove
92 de dezembro. Secretária Carla colocou que foi recebido na segunda-feira, a reunião de
93 comissão foi na terça-feira e a reunião final é hoje (quinta-feira). Conselheira Claudia
94 colocou: "esse parecer veio ontem, então, vocês me desculpem, mas acho que tem que
95 voltar para a comissão, veio muito em cima da hora." A presidente Beatriz colocou a
96 questão em votação: Conselheira Lilian votou pela volta para a comissão. Conselheira
97 Ana Carolina colocou que é a favor da supressão e não concorda quando o conselheiro
98 Tierri diz que não temos capacidades técnicas de analisar situações contábeis porque o
99 ano inteiro fazemos isso, então que se encerrem algumas comissões que analisam
100 Fundo, que analisam Proamor, que analisam orçamentos, que analisam planos de
101 aplicação, falou que só queria colocar esse comentário. Conselheiro Adrianis votou pela
102 supressão. Conselheiro Anderson votou a favor de suprimir o item. Conselheiro José
103 Geraldo pelos seus argumentos, já definiu que sim. Conselheira Valdirene votou sim.
104 Conselheiro Mauro falou que pelo que ele viu também. Conselheira Daniele colocou que
105 desde que seja para todos e o que lhe deixa angustiada são as exceções, então os
106 conselheiros estão se contradizendo na fala, ou será para todos a mesma coisa ou
107 então não dá mais, algumas sempre barram nessas mesmas condições, lhe angustia é
108 que já tem o parecer da UGT que para nós, enquanto prefeitura, já é o que basta, então
109 porque que esse encaminhamento não tem o mesmo trâmite do outro que foi votado
110 como o Tierri falou. Conselheira Patrícia votou pelo retorno à comissão. Conselheiro



111 Antonio Ademir colocou que considerando que não houve tempo hábil para se fazer a
112 análise, acha que tem que fazer para poder dar um parecer. Conselheira Claudia votou
113 em voltar para a comissão. A assistente social do SOS Lucélia Schmiguel questionou se
114 poderia se manifestar neste momento. Não foi permitido. A conselheira Claudia
115 perguntou se o SOS tinha conhecimento que a reunião era ontem. A secretária Carla
116 colocou que a reunião foi terça-feira e o SOS participou da reunião. Item 2 – Informes
117 Gerais, Secretária executiva Carla colocou sobre a questão da ata que não está na
118 pauta porque o gravador não funcionou então está sendo elaborada a ata sem o
119 decorrer das falas, a qual será enviada para os conselheiros para que cada um pontue
120 as suas falas e retorne para a conclusão. Recebida solicitação da Associação Ministério
121 Nova História de redução de metas do convênio de 120 para 90 (recebido no CMAS em
122 04/11), enviado para parecer da Fundação Proamor em 12/11, retorno ao CMAS em
123 04/12, com o seguinte parecer: “Por restarem apenas duas parcelas a serem
124 repassadas, sugerimos que as mesmas metas sejam mantidas e em caso de saldo de
125 convênio a entidade efetue a devolução para esta Fundação”, ou seja, não há mais
126 tempo hábil para que seja feita a alteração, solicitação negada. Conselheiro Anderson
127 questionou se a Associação Nova História está inscrita no CMDCA, Carla respondeu
128 que é tema desta pauta. Leitura do ofício da APROAUT comunicando que o serviço
129 estará à disposição dos usuários durante o mês de janeiro; leitura do ofício da APAE
130 comunicando que o serviço da assistência social estará disponível durante o mês de
131 janeiro de 2015. Conselheiro Anderson colocou que em relação aos informes gerais é
132 importante salientar que hoje pela manhã na reunião da Associação das Entidades o
133 SENALBA definiu o aumento dos funcionários em 8%, tendo em vista esse aumento, os
134 custos das instituições serão elevados e temos instituições que receberam aumento e
135 outras que não receberam, como o caso do serviço de convivência e fortalecimento de
136 vínculos, então, solicita (para a Secretária de Assistência Social Beatriz) para considerar
137 o aumento do valor per capita do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos
138 pelo menos no valor do aumento de sindicato, 8% em R\$ 150,00 são R\$ 12,00 no
139 percapita, é um aumento irrisório, ficaria em R\$ 162,00. Conselheiro Adrianis colocou
140 que alguns serviços receberam aumento, já estão equiparados. Conselheiro Anderson
141 colocou que a questão do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos deve ser
142 revista, aproveitando a retificação da Resolução 39/2014 para fazer essa alteração.
143 Conselheiro Tierri colocou que esta alteração soma trezentos mil reais/ano. Conselheiro
144 Adrianis lembrou que há um declínio de metas, houveram serviços equiparados, foi
145 dado aumento de 20% às ILPIS, foi feita uma matemática com o cálculo das metas,
146 alguns serviços não foram estipulados metas, por exemplo, o serviço de acolhimento à
147 criança e ao adolescente não teve meta fechada, pedido da Juíza. No serviço de



148 convivência e fortalecimento de vínculos na modalidade contraturno temos o declínio de
149 100 metas do IEDC. Conselheiro Tierri lembrou que até por todos os problemas que
150 tivemos com os planos de aplicação, já foi para a Câmara e vê dificuldades para alterar
151 novamente. Conselheiro Anderson colocou que tem compromisso com as entidades de
152 proteção social básica, enquanto representante, se alterar hoje ou amanhã está
153 alterado. Secretária Carla sugeriu que esse assunto seja analisado pela comissão.
154 Conselheiro Adrianis colocou que lembrando que foi pactuado com a Juíza 2.600 metas
155 e na “cabecinha dela” o município vai cumprir com 2.600 crianças em contraturno, ela
156 deixou claro que todo nosso remanejamento financeiro no contraturno não existe e nós
157 estamos no gargalo porque agora o município não tem a AABB e temos outra proposta
158 em andamento de 100 metas, o conselheiro Adrianis colocou que conversando com a
159 Beatriz essa semana... no Gralha Azul tem uma demanda muito alta, temos que pensar
160 no Gralha Azul, Roma e Atenas, em três visitas, doze crianças, devemos cuidar um
161 pouquinho porque talvez tenhamos que avançar com as metas e se avançarmos no
162 valor corremos o risco de não haver recursos suficientes. Conselheiro Tierri lembrou que
163 o serviço que não recebeu aumento esse ano foi o serviço de convivência e a proteção
164 social especial de média complexidade se manteve em R\$ 182,00, apenas duas
165 entidades foram aumentadas para R\$ 250,00, acolhimento para morador de rua
166 manteve o mesmo valor percapita, acolhimento em casa de passagem manteve o
167 mesmo, república manteve, se for aumentar tem que aumentar para todos, então tem
168 que se discutir realmente. Conselheiro Anderson colocou: “quero fazer o pedido, se for
169 de acordo com todos os conselheiros, que se encaminhe essa questão para a
170 comissão, considerando o aumento sindical, considerando qualidade na prestação dos
171 serviços que tem que ser mantido e considerando que essas entidades não tiveram
172 reajuste, para que a gente possa dar encaminhamento nessa questão no início do ano,
173 acho que não dá para você iniciar novos serviços sem você ir se aprimorando os
174 serviços existentes, começa a fazer depósito de criança, eu acho que não é isso que a
175 Dra. Noeli quer, ainda que ela queira, ela também não é senhora da razão, ela tem que
176 cumprir a lei como todos os outros, não me intimida nada dizer que tem que ser, eu não
177 tenho medo de Juiz e ninguém tem que ter.” Conselheiro Tierri lembrou que no termo de
178 ajuste eram cinco mil crianças e adolescentes. Conselheiro Adrianis colocou: “quem leu
179 o jornal hoje de manhã viu que o restaurante popular fechou as portas hoje: ‘O
180 *Restaurante Popular, voltará a fechar as portas, a partir de hoje e sem prazo de*
181 *reabertura. Faz algum tempo que a prefeitura vem descumprindo o repasse desses*
182 *valores. O atraso seguia desde o mês de julho. Então, na semana passada, ameaçamos*
183 *que iríamos fechar as portas e foi feito o pagamento até o mês de agosto com a*
184 *promessa de que o restante seria pago nesta semana. Porém, fomos comunicados de*



185 que o Município não teria dinheiro para repassar os valores o valor de R\$ 480.000,00',
186 esse serviço é da assistência, ele esta terceirizado, mas ele é um serviço de segurança
187 nutricional, pelo que eu li no convênio e no projeto, a prefeitura entra com a
188 manutenção. Presidente Beatriz colocou que foi ela que optou por fechar e foi ela que
189 deu a entrevista para a reportagem no jornal. Conselheiro Tierri colocou que ano
190 passado ele era o responsável pelo restaurante popular e ele e a Beatriz, como
191 secretária, foram em uma reunião e um assessor da Prefeitura disse que achava que
192 dentro de um ano o restaurante iria fechar porque é um projeto muito caro, por exemplo,
193 hoje o orçamento da secretaria é de seis milhões e o restaurante custa um milhão por
194 ano, ou seja, um sexto do orçamento da secretaria é só para o restaurante popular, e os
195 outros tantos serviços? O restaurante popular é um problema sério, ele é caro e é
196 importante. Conselheiro Adrianis colocou que esta questão merece algumas avaliações,
197 a qualidade é excelente, mas foi ver a população que ele atende, aí merece uma
198 reflexão, não é um público da assistência social e nem público com carência nutricional
199 como prevê o projeto, os funcionários do comércio comem lá e eles estão certos, tinha
200 que ter um restaurante popular lá na Nova Rússia, do lado do terminal da Nova
201 Rússia, onde há um grande número de pessoas que são usuários da assistência.
202 Conselheiro Antonio Ademir colocou que deveria fazer um cadastro igual no mercado da
203 família. Conselheiro Adrianis colocou que o cadastro tira o princípio da universalidade
204 de direitos, o mercado da família como é rotativo não é assistencial, o restaurante prega
205 a universalidade de direitos, artigo sétimo da Constituição e aquilo que fala a LOAS,
206 talvez num outro momento possamos discutir com profundidade, o restaurante não
207 prevê gratuidade, prevê preço acessível. Conselheiro Tierri colocou que a orientação
208 dos restaurantes populares diz que o local tem que ser central até por isso acha que foi
209 escolhido ali próximo ao terminal central. Conselheira Claudia colocou que a perda não
210 foi tanta porque são pessoas que não precisam que usam, os outros anos existia
211 dinheiro para manter porque existia entre outras coisas o dinheiro do funcionário público
212 que era apontado na folha de pagamento, fundo de garantia e INSS, e não era
213 repassado para a Caixa Econômica e nem para o INSS, hoje se paga dívida milionária,
214 então por isso que sobrava dinheiro para fazer esses elefantes brancos e para não
215 funcionar. Conselheiro Adrianis colocou que saiu no Diário Oficial do município no dia
216 dez: "Nesta semana, a Companhia de Habitação de Ponta Grossa (Prolar) inicia os
217 festejos que vão alegrar o Natal de 2.431 famílias, moradoras de oito conjuntos
218 habitacionais. As festas contarão com a presença do Papai Noel, que distribuirá cestas
219 natalinas. Para as crianças haverá distribuição de guloseimas, como pipoca e algodão-
220 doce", ele questiona se é o CRAS que está fazendo isso. Secretária executiva Carla
221 respondeu que os CRAS estão fazendo algumas festas, mas não essas, porque essas



222 são da Prolar. Conselheiro Adrianis colocou que se preocupa com o esvaziamento da
223 política da assistência. Secretária Carla colocou que a PROLAR têm verba destinada
224 para essa atividade, como último informe, recebido justificativa de ausência do
225 conselheiro Josemar e sua suplente na reunião de hoje por motivos de trabalho, uma
226 vez que as atividades de encerramento de final de ano os impedem de comparecer.
227 Item 3; Informes das Comissões de Acompanhamento do SUAS e de Acompanhamento
228 do FMAS sobre a aplicação dos recursos do SUAS em 2014. O conselheiro Tierrri
229 apresentou a súmula da reunião: as comissões se reuniram dia 05 de dezembro com as
230 presenças dos conselheiros Tierrri, José, Lucia e Priscila diretora do FMAS, Sandra
231 Cisco assistente social da Gerência Técnica e Carla Bühler, na reunião foram
232 apresentados os relatórios de gastos do Fundo dos meses de agosto até novembro de
233 2014 com os gastos dos recursos dos serviços da Gerência de Proteção Social Básica e
234 Especial, IGD SUAS e do Bolsa Família, nessa reunião houve uma mudança no formato
235 com que os dados foram apresentados ao Conselho, ao invés de focar nos valores
236 gastos por piso como era feito nos anos anteriores foi apresentada uma tabela de
237 valores apenas daquilo que foi recebido e gasto em determinado mês, o foco a partir de
238 agora será dado naquilo em que foi gasto o recurso, ou seja, se o piso básico fixo que é
239 o valor destinado para o CRAS, para manutenção dos CRAS, serão analisadas as
240 aquisições realizadas e sua aplicação, esta análise é a principal função do Conselho,
241 papel fundamental do Conselho avaliar se os recursos dos pisos foram gastos para o
242 seu determinado fim. A Gerência de Proteção Básica apresentou um resumo sintético
243 daquilo que foi gasto no ano, além das cópias dos empenhos que foram retiradas dos
244 sistemas e apresentada pela diretoria do Fundo, no sistema consegue-se extrair
245 informações de tudo aquilo que foi empenhado num determinado período a partir das
246 contas dos pisos, contas específicas, é assim que vamos analisar a partir de agora
247 esses dados, foi comprado material de expediente, material de limpeza, alimentos,
248 pagamentos de funcionários, com esse extrato de empenhos emitidos nós conseguimos
249 analisar e também ficou indicado pela comissão para que, na próxima reunião, a
250 Gerência de Proteção Social Especial também apresente esses dados resumidos,
251 porque da GPSE foram analisados apenas os empenhos, que também é válido, só que
252 com o resumo ficaria mais fácil de visualizar os dados, fica o indicativo da comissão
253 para que na próxima reunião a GPSE também apresente esses dados resumidos para
254 ficarem mais fáceis de serem analisados. Conselheiro José Geraldo colocou que o
255 importante é que tem verbas que sessenta por cento são para funcionários, isso
256 também a gente fez esses cálculos e essa relação de gastos foi importante, achei que
257 melhorou muito desde a última reunião. O Conselheiro Tierrri colocou que o parecer da
258 comissão é favorável para os gastos dos pisos de recursos federais nesse período de



259 agosto a novembro. Presidente Beatriz passou para o item 4. Apreciação e Aprovação
260 do Parecer da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Projetos sobre os seguintes
261 assuntos: 4.1. Readequação do plano de aplicação do SOS; esse assunto já foi
262 discutido. 4.2. Recurso federal para as Residências Inclusivas (Associação
263 Pontagrossense de Emancipação para Deficientes/APEDEF e Associação de
264 Atendimento para Portadoras de Necessidades Especiais Nossa Senhora de Lourdes);
265 Conselheiro Adrianis colocou que havia sido discutido na Plenária passada a
266 possibilidade de bipartição do recurso de residência inclusiva de dez mil vinculando
267 cinco mil a cada uma das residências, porém, foi comunicado pela equipe técnica da
268 Secretaria que isso não é possível, o recurso vem rubricado para a residência inclusiva
269 que está cadastrada e com o aceite pronto, nesse sentido, havia sido trabalhado com a
270 Associação Pontagrossense de Emancipação para Deficientes/APEDEF e Associação
271 de Atendimento para Portadoras de Necessidades Especiais Nossa Senhora de
272 Lourdes, neste caso o valor de R\$ 10.000,00 ficará todo para a Associação Nossa
273 Senhora de Lourdes, não sendo possível destinar o valor de R\$ 5.000,00 para a
274 APEDEF, porém a APEDEF tem um valor de convênio de vinte mil mês, acima daquilo
275 que eles atendem, então, querendo ou não, foi possível equalizar, temos como parecer
276 sobre o repasse federal das residências inclusivas: A Comissão de Monitoramento e
277 Avaliação de Projetos reunida em 09/12/2014 a partir dos instrumentos normativos que
278 regulam as Residências Inclusivas, sendo: Pactuação na CIT de 11 de abril de
279 2012; Resolução CNAS nº 11, de 24 de abril de 2012, Portaria nº 140, de 28 de junho de
280 2012, Portaria Interministerial nº 03 de 21 de setembro de 2012 que regulamenta a
281 parceria entre SUS e SUAS na Residência Inclusiva, Resolução CIT nº 3 de 07 de março
282 de 2013 e Resolução CNAS nº 06 de 13 de março de 2013. Definiu que a Gerência de
283 Proteção Social Especial/SMAS tem autonomia para orientar a Associação
284 Pontagrossense de Emancipação para Deficientes/APEDEF sobre a adequação da
285 mesma ao valor do convênio para 2015 (R\$ 20.000,00) e suplementação com a
286 utilização de parte dos recursos das usuárias (BPC) e repasse de materiais de consumo
287 por meio da GPSE. Esta Gerência deverá buscar as possibilidades de desbloqueio dos
288 recursos federais com a maior brevidade possível para que ambas as Residências
289 Inclusivas possam ser cofinanciadas. O conselheiro Adrianis colocou que pela lei o BPC
290 das internas não pode ser instrumentalizado como prevê o Estatuto do Idoso, mas pode
291 haver um acordo de partes e neste caso a Gerência Especial vai tratar de orientar.
292 **Aprovado por unanimidade.** Item 4.3. solicitação da Gerência de Proteção Social
293 Especial/SMAS sobre o adiamento do Termo de Aceite do Programa de Acolhimento
294 Institucional para adultos e famílias; Secretária Carla colocou que ficou com a função de
295 redigir o parecer e foi um pouco mais branda do que a comissão, Conselheiro Adrianis



296 colocou que trouxe o original. Presidente Beatriz falou que tem que ficar bem claro que
297 a secretária Carla aliviou o parecer conforme discutido com ela. Conselheiro Adrianis
298 colocou que quer fazer algumas ponderações antes, referentes ao ofício que chegou da
299 Gerência de Proteção Social Especial informando sobre readequação do serviço de
300 acolhimento, chegou para a comissão na data de 21/11 para análise, voltou para a
301 Gerência porque o ofício estava errado com a resolução incorreta, depois voltou para
302 análise novamente, serviço que não havia sido ancorado em nenhuma instituição o
303 aceite dessa questão, esse aceite estava pendente já fazia algum tempo, a prerrogativa
304 do aceite da organização do serviço era da Gerência Especial, chegou à comissão que
305 inicialmente havia uma pactuação com o Ministério Melhor Viver, o conselheiro colocou
306 que gostaria de ancorar duas coisas:” eu acho importante pra gente não se perder no
307 caminho daquilo que é política da gestão de assistência social, a NOB RH diz algumas
308 coisas que a gente precisa clarificar, *“Princípios Éticos: a Assistência Social deve ofertar*
309 *os serviços com conhecimento e compromisso ético e político de profissionais que*
310 *operam técnicas e procedimentos impulsionadores das potencialidades e da*
311 *emancipação de seus usuários”*, esse é do artigo primeiro do projeto ética e política da
312 profissão, seguidamente e aqui é para o gestor, *“Responsabilidades e Atribuições dos*
313 *Gestores Municipais: Dotar a gestão de uma institucionalidade responsável, do ponto de*
314 *vista operacional, administrativo e técnico-político, criando os meios para efetivar a*
315 *política de assistência social. Destinar recursos financeiros para a área, compor os*
316 *quadros do trabalho específicos e qualificados por meio da realização de concursos*
317 *públicos”*, e a este Conselho segundo a NOB RH compete aos Conselhos: *“Os*
318 *Conselhos de Assistência Social deverão acolher, deliberar e encaminhar resultados de*
319 *apuração de denúncias dos usuários do SUAS, quanto à baixa resolutividade de*
320 *serviços, maus-tratos aos usuários e negligência gerada por atos próprios dos*
321 *trabalhadores, gestores e prestadores de serviços socioassistenciais, estimulando a*
322 *criação de Ouvidorias”*, eu trouxe a NOB RH para dizer que o parecer coloca que a
323 responsável pela gestão não foi hábil na condução deste processo, quando houve o
324 abrandamento, abrandamento se deu nesse sentido porque ali as palavras estavam
325 claras, a política de assistência social se perfaz com todas as secretarias e técnicos que
326 sabem operacionalizar e levar adiante, nós não temos mais espaço para amadorismo na
327 assistência, os técnicos tem que estar preparados sejam eles assistentes sociais,
328 trabalhadores do SUAS a que se ter conhecimento das matérias que vão ser tratadas,
329 que não foi o caso aqui e que custa um declínio de um aceite público, de um aceite
330 federal que segundo nós recebemos informações não vamos receber algumas sanções
331 por causa disso, não houve a atenção necessária da Gerência diretamente neste
332 processo. Leitura do parecer sobre o Adiamento do Termo de Aceite do Programa de



333 Acolhimento Institucional para adultos e Famílias, “a comissão de monitoramento e
334 avaliação de projetos reunidos em 09/12 a partir da análise dos seguintes documentos:
335 Projeto de Acolhimento Institucional para Adultos e suas Famílias apresentadas ao
336 CMAS em 26 de junho de 2014, Resolução MDS/CNAS/Nº 11 de 17 de abril de 2014,
337 Termo de Aceite para os Municípios do Serviço de Acolhimento Institucional para
338 adultos e famílias, em destaque para o item 3.3, cláusula terceira, responsabilidade da
339 gestão municipal, encaminhar ao CMAS ao estado e ao MDS o plano de acolhimento
340 com cronograma de execução, serviço de quatro meses após o aceite formal do co-
341 financiamento federal conforme pactuação da resolução CIT nº 02 de 03 de abril de
342 2014 para fins de acompanhamento, Resolução do CMAS de 25/2014 de junho de
343 2014, e ata nº 250 de 27 de junho de 2014, p 07 a 13, indica que o município poderá
344 declinar do aceite realizado em 30/06/2014 tendo em vista que houve falta de
345 comunicação e manifestação formal de ambas as partes interessadas na execução do
346 serviço, considerando os seis meses que passaram entre a adesão ao termo de aceite e
347 a presente data havendo tempo hábil para tomar as providências quanto ao
348 chamamento de entidade social para execução dos serviços.” O conselheiro Adrianis
349 colocou que esse foi o texto que por último a Carla redigiu, o texto primeiro dizia:” indica
350 que o município poderá declinar do aceite realizado em 30/06/2014 tendo em vista que
351 não vem assumindo as responsabilidades inerentes a gestão plena haja vista os seis
352 meses que se passaram entre a adesão e ao termo de aceite e a presente data,
353 havendo tempo hábil para elaboração do plano de acolhimento e tomada de
354 providências quanto ao chamamento de entidade social para execução dos serviços.”
355 Ainda em sua fala o conselheiro colocou que este parecer está em consonância com
356 aquilo que é a Gestão da Proteção Social Especial de média e alta complexidade, mas
357 se houve, por parte da secretaria executiva envio desse parecer, vamos votar aquilo que
358 foi enviado. Presidente Beatriz colocou que temos dois pareceres, o primeiro da
359 comissão da qual não estava presente e o outro parecer elaborado por ela em conjunto
360 com a secretaria executiva. Conselheiro Adrianis colocou que tem dois pontos
361 importantes a serem lembrados: o primeiro parecer diz que houve irresponsabilidade
362 técnica e o segundo parecer está dizendo que houve falta de comunicação, mas não
363 houve falta de comunicação porque não houve nem a comunicação, só existe falta de
364 comunicação quando, de fato, alguém é chamado para conversar alguma coisa e não
365 responde, esse é o conceito de ausência de falta de comunicação. Presidente Beatriz
366 colocou que entrou em contato com a assistente social Silvana do Ministério Melhor
367 Viver e essa disse que iria conversar com o Presidente da entidade e que se houvesse
368 interesse estaria encaminhando projeto, o que não ocorreu. Conselheiro Tierri lembrou
369 que na reunião em que foi aprovado esse aceite, teve umas questões anteriores e foi



370 verificar na ata o que tinha acontecido: tem a questão que o aceite abre dia 15 para
371 responder dia 30, então, tem todas as questões de aceite que realmente acontecem e
372 na reunião de abril que foi aprovado já havia esse indicativo ao Ministério Melhor Viver o
373 nosso conselheiro Marcelo, representante da entidade e pela ata 250, fica claro que
374 naquele momento o Marcelo falou mais em nome da entidade do que como conselheiro,
375 ele demonstrou interesse num aceite anterior e que não havia ficado claro, a ata diz que
376 foi contatado o Escritório Regional e não era cinquenta novas metas, era cinquenta ao
377 todo, talvez ficou subentendido que o Marcelo ia repassar essa informações, não sei se
378 ele repassou ou não. Conselheira Ana Carolina respondeu que o Marcelo passou as
379 informações e que o Ministério Melhor Viver ficou aguardando um contato oficial ou por
380 meio de ofício ou de chamamento para que o Ministério se manifestasse. O contato foi
381 uma ligação da Sra Eliane para a assistente social e coordenadora Silvana dizendo que
382 no dia seguinte iria vencer esse aceite e a entidade não havia mandado ainda o Plano
383 de Aplicação e a Silvana falou que não estava sabendo até então, sabia, mas extra-
384 oficialmente que havia essa verba, ainda assim o Ministério Melhor Viver iria fazer o
385 plano de aplicação e mandar rapidinho para dar tempo, só que daí, lendo o
386 reordenamento foi verificado que era diferente do serviço executado atualmente –
387 abrigo, é casa de passagem, o Ministério declinou em virtude disso, eu acredito
388 que se isso fosse feito lá no meio do ano, talvez a Gerência Especial teria condições de
389 buscar uma outra instituição para realizar o serviço e por fim não deu tempo mesmo.
390 Conselheiro Anderson colocou: ” tem algumas coisas que precisam ficar bem claras,
391 independente que seja um ofício, um parecer, os dois demonstram que houve uma falha
392 e quando a gente trata de gestão de recursos humanos temos que ser maduros nas
393 escolhas que fazemos, é do interesse de todos nós, enquanto conselheiros, fazer com
394 que a política de assistência social dê certo, assim como é o interesse das entidades e
395 dos usuários e de interesse da gestão também, nós estamos aqui se não pra fazer outra
396 coisa que não seja fazer isso dar certo, nós estamos aqui para isso, eu acredito que
397 seja importante que, de repente, se houve uma demora, houve uma falha, foi um erro de
398 gestão, se houve falta de comunicação foi um erro de gestão também. Um erro de
399 comunicação pode gerar uma guerra, como gerou, quando nós tratamos de um órgão
400 oficial como a Gerência de Proteção Social Especial, nós temos que trabalhar com
401 documentos oficiais, notificações, não é um telefone, não são as conversas orais,
402 existem pessoas que são muito boas na função que elas exercem e aí, por isso, eles
403 são promovidos para função de Gerência e nessa função eles perdem toda qualidade
404 que tinham enquanto profissionais, eram ótimos profissionais mas não estavam prontas
405 para serem gerentes e é esse o problema que leva muitas empresas a crises financeiras
406 graves inclusive a falência, eu acredito, nada pessoal, por uma questão extremamente



407 técnica, precisa-se pensar no cargo da gerente de proteção social especial, é notório
408 que não é a primeira vez que está acontecendo inúmeras falhas e eu não questiono a
409 capacidade dela enquanto profissional, ela deve ser uma ótima profissional, mas talvez
410 não esteja pronta para a atual função, para que o município não tenha mais perda talvez
411 eu creio que seja urgente se pensar em substituição para o próximo ano, até porque nós
412 queremos que isso de certo é bom pra nós conselheiros não-governamentais, é bom
413 para os usuários, é bom politicamente para a gestão se der certo, as pessoas certas
414 precisam estar nos locais certos.” Conselheiro José Geraldo acrescentou o seguinte:
415 “realmente hoje não fazemos nada se não for por escrito, não dá para chegar para o
416 Juiz e dizer “ah nós conversamos”, realmente houve uma falha, não podemos dizer que
417 não houve porque houve, só que um documento oficial, acho que colocar a palavra
418 irresponsabilidade é muito forte. Secretária Carla colocou que há um elemento
419 fundamental que está passando despercebido, o ofício que a Gerência enviou ao CMAS
420 está solicitando um parecer sobre o adiamento do termo de aceite para março e o
421 parecer da comissão nega esse adiamento e diz que deve haver uma ruptura, o
422 município está declinando do recurso federal, então, independente das palavras que
423 usamos e os motivos que nos levam, vamos adiar ou vamos realmente solicitar o
424 cancelamento, esse é o ponto fundamental. Presidente Beatriz colocou que se houve
425 falhas estamos pedindo esse tempo para que haja uma correção dessas falhas.
426 Conselheiro Adrianis colocou que quer elucidar algumas coisas: “o projeto chegou com
427 os mesmos apontamentos que fiz a caneta na primeira análise, igualzinho, a Gerência
428 mandou um ofício errado, com resolução errada e a comissão não ficou sabendo qual é
429 a solicitação correta. A comissão solicitou uma justificativa ao pedido, a Gerente Eliane
430 não fez e todas as vezes que compareceu à Comissão não é resolutiva, o que não nos
431 garante dar um prazo maior, de mais seis meses, o serviço de reordenamento de
432 acolhimento infantil foi aprovado em fevereiro e saiu nos 45 segundos do segundo
433 tempo sobre o cunho do Tierri que não é técnico daquela Gerência e que depois
434 tivemos toda uma discussão com o CMDCA, foi pautados nessas questões que
435 achamos por bem declinar, não haverá em março de novo, me desculpe, o que o
436 Anderson trás é claro: é um fato de gestão, a proteção social básica chega neste
437 Conselho sempre com tudo redondo, quantas vezes nós tivemos que debater alguma
438 coisa da Gerência de Proteção Social Básica, a ponto de dizer não! Nunca.” Conselheiro
439 José Geraldo colocou que foi solicitado uma prorrogação, mas não diz que tem
440 interesse, porque quando pede alguma coisa, se pede prazo para o Juiz, tem que
441 justificar, se vai atrás de um documento, se não justificar o juiz não dá esse prazo.
442 Conselheiro Adrianis colocou que podemos fazer o adiamento e redigir o parecer dando
443 o adiamento, não vê um apontamento da Gerência nesse sentido. Conselheiro



444 Anderson falou: "sou favorável ao adiamento, desde que esse adiamento seja
445 condicionado a substituição da gerente da proteção social especial. Conselheiro José
446 Geraldo respondeu que isso a gente não pode fazer, mas para não dizer que o conselho
447 está fechando as portas, poderíamos dar esse adiamento. Conselheiro Adrianis colocou
448 que depois que leu o enunciado e o parecer viu que havia uma disparidade entre
449 parecer e enunciado, mas acompanha o conselheiro Anderson nesta questão: estamos
450 com problema gerencial. Secretária Carla colocou que temos duas possibilidades, a
451 primeira é o adiamento e a segunda é o declínio. Conselheiro Anderson perguntou se
452 pode colocar uma terceira possibilidade:" o CMAS é favorável ao adiamento mas
453 solicitando que a Gerência de Proteção Social Especial monte um plano de metas do
454 que realmente vai fazer nesse período, quais são os objetivos. Secretária Carla falou
455 que o CMAS pode colocar um prazo para a entrega do plano de reordenamento.
456 Conselheiro Adrianis colocou que como a próxima reunião é só em fevereiro que a
457 Gerência Especial apresente na primeira reunião de comissão o plano e a proposta.
458 Conselheiro Antonio Ademir colocou que o conselho tem certa área de atuação o
459 conselho não pode ter ingerência na administração. Conselheira Cláudia colocou que se
460 na data que se até a data estipulada, não for entregue o plano, nega-se, não adianta a
461 gente ficar enxugando gelo. Conselheira Ana Carolina colocou que trouxe essa
462 orientação que o Ministério Melhor Viver tinha interesse nessa verba, lembra que a
463 Casa da Acolhida não poderia receber porque já tinha outro aceite parado de dez mil,
464 não sabe se o aceite já foi resolvido. Conselheiro Tierri colocou que a grande dúvida do
465 Ministério era, porque quando se trata de abrigo para adultos, existem duas
466 modalidades: Casa de Passagem que é o caso da Casa da Acolhida e Abrigo para a
467 população de rua no caso o Ministério Melhor Viver com o projeto de reinserção.
468 Conselheira Ana Carolina colocou que lembra que naquele momento da reunião foi uma
469 discussão bem profunda em relação a não ter instituições habilitadas para fazer esse
470 serviço e foi dado o aceite realmente com interesse de passar para o Melhor Viver,
471 então acha que às vezes a gente quer ajudar a Eliane dando esse novo prazo para ela e
472 ela não vai ter para onde repassar. Conselheiro José Geraldo colocou que aí teremos a
473 resposta. Conselheiro Tierri colocou que em 2013 o convênio do Ministério Melhor Viver
474 eram vinte e oito vagas/metras que era a capacidade do Ministério, nesse ano aumentou
475 para trinta e oito porque já havia essa conversa com o Marcelo, verbalmente acertamos
476 o seguinte: o Ministério Melhor Viver apresentaria uma proposta com trinta e oito metas
477 até porque no aceite a entidade tem que oferecer cinquenta vagas, então, no projeto a
478 entidade já estava apta para aceitar esse recurso. Conselheira Ana Carolina colocou
479 que o conselheiro Tierri tem razão nas análises dele, a única crítica que faz em relação
480 ao trabalho da Gerência Especial é o fato de não ter procurado o Ministério Melhor Viver



481 e explicado, esmiuçado como poderiam utilizar este recurso porque interesse a entidade
482 tem, vai abrir aqui para os conselheiros entenderem, falou isso na comissão: “ o nosso
483 projeto retira morador de rua então é reinserção social de seis a nove meses esse
484 projeto, eles deixam a dependência química, restaura laços familiares ou restitui família,
485 volta ao mercado de trabalho, tem alfabetização, então não é um lugar que eles dormem
486 e vão embora, eles passam o dia, zelam pela limpeza, pela organização da casa, pelo
487 funcionamento, então não podem permitir que uma pessoa que passou o dia bebendo e
488 venha só dormir naquele espaço que o outro trabalhou, construiu, então é um público
489 diferente que não podem manter no mesmo endereço e como a outra sede que estamos
490 construindo não está pronta, vamos engrenar a construção em fevereiro, então por
491 enquanto, nós não podemos aceitar.” Conselheira Daniele colocou que vai abrir agora
492 na saúde o credenciamento para as pessoas que são dos CAPS, saiu hoje no diário
493 oficial. Conselheiro Tierri colocou que já que o Ministério tem interesse de assumir isso
494 no futuro acha que é possível estabelecer um prazo para que a gerência apresente esse
495 plano de reordenamento, que o adiamento seja condicionado à apresentação do
496 reordenamento. Presidente Beatriz colocou em votação: conselheiro Tierri: concordou
497 que se estabeleça como prazo a próxima reunião de comissão, para que se apresente o
498 reordenamento do serviço de acolhimento para adultos; conselheira Ana Carolina:
499 nessas condições, concordou com o adiamento; conselheiro Adrianis: concordou com o
500 adiamento com a ressalva que conste em ata que é preciso rever a Gerência de
501 Proteção Social Especial; conselheiro Anderson: concordou e reforçou a questão
502 colocando que se queremos que dê certo então é bom que se repense o cargo de
503 gerente de proteção social especial, sabe que é meio duro falar desse jeito mas é
504 necessário cumprir os prazos, alguns conselheiros concordaram com o conselheiro
505 Anderson; conselheira Claudia colocou que quanto a substituição é problema do
506 secretário, o conselho não tem que se meter em política. Conselheiro Adrianis colocou
507 que o conselho não tem que se meter quando de fato os técnicos responsáveis estão
508 fazendo bem o seu serviço. Item 4.4. discussão do encaminhamento da Gerência de
509 Proteção Social Básica sobre as Mobilizações da Comunidade em torno da Praça dos
510 Esportes e da Cultura (CEU); Conselheiro Adrianis:”nós estivemos lá essa semana,
511 terça-feira antes da reunião de comissão, porque a Gerência de Proteção Social Básica
512 solicitou que houvesse uma incursão para ver o local, porque o CEU originalmente não
513 era um projeto da assistência, mas veio para a assistência e vai ser gerido entre a
514 assistência, a cultura e esporte, a praça vai constar de um CRAS também e durante
515 esse mês, antes da abertura oficial, da inauguração, deve haver mobilizações com a
516 população das quais nós devemos emitir um parecer, então, nós acordamos na
517 comissão que os conselheiros que estiverem em janeiro em Ponta Grossa e puderem



518 acompanhar as mobilizações, o cronograma será enviado por e-mail. A assistente
519 social Carla colocou que no projeto está prevista estas mobilizações, as quais são
520 necessárias para a inauguração porque a comunidade é co-gestora, o recurso das
521 mobilizações é da Caixa Econômica Federal, serão realizadas por uma empresa –
522 Emancipar, a qual ganhou a licitação, os horários são para que a comunidade possa
523 participar. Conselheiro Adrianis: “ o CMAS tem que dar o parecer até março, é uma
524 estrutura muito boa, teatrinho bom, quadra, pista de skate, o espaço é muito legal, ali é
525 um ponto difícil de adesão aos trabalhos socioeducativos, mas é um lugar muito legal,
526 muito gostoso, vai ter uma biblioteca.” Conselheira Lucia perguntou se será contratada
527 uma empresa para as mobilizações. Carla respondeu que sim e cabe ao Conselho o
528 papel de acompanhar o trabalho. Conselheira Lúcia colocou: “então o conselho tem a
529 ver com política”. Carla respondeu que sim, a comissão discutiu que alguém poderia se
530 colocar a disposição para acompanhar as oficinas de mobilização, está em aberto .Tierr
531 propôs fazer uma escala. Carla colocou que um conselheiro já se colocou a disposição
532 por meio de ofício – Josemar. Todos concordaram. Carla apresentou uma declaração
533 para a Presidente assinar de que o Conselho em Reunião Plenária na data de hoje
534 tomou o conhecimento do cronograma de realizações de oficinas. O conselheiro
535 Adrianis falou que o grande problema de fato é trazer a população para participar.
536 Conselheiro Tierr falou que a equipe tem que ser boa até para agregar a comunidade.
537 4.5. Encaminhamento do parecer da Comissão sobre a inscrição da Associação
538 Ministério Nova História. Conselheiro Tierr colocou que a comissão esteve na
539 Associação Ministério Nova História com os seguintes conselheiros: Adrianis, Patricia,
540 Lilian e a secretária Carla e tem a relatar o seguinte: “a estrutura não é pequena, tem
541 salas razoáveis, tem escada o que torna a estrutura mais complicada, falta mobiliário,
542 não tinha mesas, cadeiras, falta uma equipe mais capacitada, quando chegamos fomos
543 entrando... imagine se fosse uma outra pessoa, então a segurança é falha, as crianças
544 estavam numa sala grande com os orientadores que até se confundiam com os usuários
545 não havia diferença, a capacitação ali seria fundamental, então, a minha opinião é que
546 o espaço físico é bom, os educadores deixam muito a desejar, então da minha parte era
547 isso; na mesma data realizamos visita no contraturno do SOS Centro, a estrutura é boa,
548 o serviço está em boas condições, o espaço é bom, só não suportaria uma quantidade
549 grande de crianças, mas o espaço em comparação à sede do Três Rios, com relação a
550 estrutura física, ali o espaço está melhor, está apto, tem sala para a coordenação, tem
551 sala para a assistente social, uma sala lá fora, cozinha, só achei o refeitório um pouco
552 pequeno e o banheiro masculino não estava bem de acordo.” Conselheiro Adrianis
553 colocou que a casa é velha, o conselheiro Tierr disse que é uma casa bem antiga,
554 então o restante estava OK e colocou que acha que a Associação Nova História está



555 até pior que o SOS e o Três Rios. O conselheiro Adrianis colocou que não chega a tanto
556 e disse que o contraturno do SOS Centro está numa casa boa, mas vimos infantilização
557 nas atividades nos dois, é importante lembrar que o contraturno não é creche, que tem
558 que ter mural... Conselheiro Tierri colocou que talvez o grande potencial do SOS Centro
559 seria trabalhar com adolescentes, eles tem uma casa muito boa e daria para fazer, por
560 ser central é mais fácil e não precisaria a mãe ir levar e buscar, talvez o fluxo de
561 adolescentes seria mais interessante. Conselheiro Adrianis colocou que o SOS Centro
562 tem uma equipe mais coesa, havia um movimento, não constava os planos de
563 atividades, mas ainda vão construir a escala de atividades, a Associação Nova História
564 lhe preocupou em dois aspectos: primeiro eles não sabem o que fazer com as crianças
565 isso ficou claro e depois há um afastamento ali, nós entramos a deriva, ninguém cobrou
566 nada, então lá, é o caso no início do ano chamar e dar umas orientações técnicas de
567 capacitação mesmo, eles estão com o cunho religioso muito forte, isso dificulta um
568 pouco o trabalho de contraturno. Conselheiro Tierri colocou que acha que a grande
569 maioria das entidades de contraturno tem uma orientação religiosa forte. O conselheiro
570 Adrianis colocou que será elaborado um parecer só e respondemos o CMDCA sobre a
571 Associação Nova História e sobre o SOS, quanto ao SOS a plenária decidiu pela
572 supressão do fechamento imediato, que seria agora, foi suprimido e só foi respondido
573 aquilo que o CMDCA havia indicado, segue então o parecer datado de onze de
574 dezembro: Frente as considerações tecidas e alicerçado na visita técnica deste
575 Conselho por meio da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Projetos, e em
576 discussões e orientações anteriores já feitas às equipes técnicas e diretorias de ambas
577 as entidades socioassistenciais, constatamos que as unidades físicas não garantem
578 todas as condições necessárias para o desenvolvimento ideal dos projetos
579 apresentados neste Conselho. Na esteira deste, retomamos o exposto no ofício
580 062/2014 do CMDCA: que a aprovação de projetos das instituições que prestam
581 atividades do SCFV deve ser precedida de registro no CMDCA, conforme Lei 8.069/90,
582 artigo 91, 92 seguintes. O mesmo CMDCA na sua comissão de cadastro e registro em
583 visita realizada no dia 27 de agosto do ano corrente, segundo solicitou deste conselho
584 parecer, conforme segue: 1-O Serviço de Obras Sociais através da sua presidência
585 oficiou este conselho na data de 20 de outubro do corrente ano das modificações
586 realizadas, segundo orientações do CMAS. Todavia a visita técnica constatou: -
587 Condições de higiene normais, Nº de funcionários insuficientes os oficineiros são de 15
588 em 15 dias; -Atividades desenvolvidas insuficientes, visto que não há plano de
589 atividades conforme o plano de trabalho do referido projeto; -Local pouco arejado, com
590 pouca iluminação e ventilação, falta espaço de sombra, ao mesmo tempo em que
591 havendo chuva as crianças ficam somente com a sala de atividades e refeitório;-



592 Cozinha, despensa e banheiros em condições de higiene e organização regulares;-
593 Falta de espaço externo para prática de esportes, na ocasião os brinquedos estavam
594 virados, o local de atividades físicas não coopera para a prática da mesma;-Não possui
595 sala de atendimento individual, sendo que o Serviço Social e a Coordenação dividem a
596 mesma sala, não havendo possibilidade de individualização ou privacidade para os
597 atendimentos. Na mesma sala encontram-se materiais didáticos e outros. -A porta de
598 entrada dos usuários é sem segurança, com acesso direto à rua. E o portão ainda tem
599 as lanças que podem ocasionar acidente;- Saída das crianças as 16h30 na sexta;-
600 Cardápio não é respeitado, havia má acomodação de mantimentos.- Lavanderia que é
601 um depósito, não podendo ser usada para seu fim de fato um depósito de coisas. 2-
602 Associação Ministério Nova História: A visita técnica realizada em 09/12/2014,
603 constatou:- espaço físico adequado; - necessidade de suplementação do mobiliário e
604 equipamentos; - não possui um plano de atividades em consonância com as aquisições
605 esperadas do serviço; - revisão da “infantilização” do ambiente e atividades;-
606 fortalecimento da equipe, tanto no número de funcionários quanto na capacitação; -
607 revisão da segurança na entrada e saída dos usuários e visitantes;- revisão das
608 atividades oferecidas, pois segundo relato dos profissionais o índice de faltas é elevado;
609 tendo em conta todos os apontamentos e constatações, o CMAS acredita que o Serviço
610 de Convivência e Fortalecimento de Vínculos oferecido pelo Serviço de Obras Sociais e
611 Associação Ministério Nova História devem desenvolver ações para superar as
612 fragilidades apontadas com a maior brevidade possível, visto que foi acordado pelos
613 vários entes envolvidos um Termo de Cooperação com o compromisso de aumento no
614 número de atendimentos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. O
615 CMAS acredita que o CMDCA deva prosseguir com seus próprios procedimentos de
616 avaliação e inscrição e irá acatar a decisão. Sugerimos que o CMAS e o CMDCA
617 juntamente com a Vara da Infância façam visita técnica para constatação da superação
618 das fragilidades apontadas. Conselheiro Anderson perguntou qual é o parecer do
619 CMDCA sobre a Associação Nova História, conselheiro Tierrri colocou que foi lido a
620 umas duas reuniões atrás, conselheiro Adrianis fez a leitura: *“aos dias dezoito de agosto*
621 *a senhora Silmara Fátima, membros de comissão de registro, a senhora Cláudia e o*
622 *presidente nessa comissão procederam visita ao Projeto Nova História, situado na Rua*
623 *Visconde de Porto Alegre, Nova Rússia, na ocasião a comissão foi recebida por um*
624 *orientador social uma vez que a assistente social e coordenadora não se encontravam*
625 *por questões de horários, a orientadora nos mostrou as dependências e questionada*
626 *sobre as atividades previstas no projeto ela relatou que nem todas as atividades estão*
627 *acontecendo em virtude da falta de profissionais, a comissão após as constatação*
628 *concluiu que a instituição já está conveniada, recebendo recursos, o quadro técnico*



629 *está incompleto, espaço físico é suficiente mas apresenta precariedade, diante dos fatos*
630 *a comissão encaminhará à plenária do CMDCA e sugerimos que o relatório seja*
631 *encaminhado para conhecimento do Conselho de Assistência Social e informará ao*
632 *Projeto Nova História as irregularidades constatadas para que faça as suas adequações*
633 *e o CMDCA possa prosseguir com o trâmite de cadastro desse conselho de direitos da*
634 *criança e do adolescente, com o prazo determinado e posterior visita para que se*
635 *cumpra os objetivos propostos.”* Conselheiro Adrianis sugeriu também que se
636 encaminhe esse parecer para as entidades interessadas.” Conselheiro Tierri lembrou
637 que o CMAS ainda não chamou a Associação Nova História para uma conversa, como
638 realizado com o SOS e sugeriu que no retorno das férias a entidade seja chamada para
639 orientações, até por que no Nova História foram encontradas carteiras escolares e em
640 outra sala uma mesinha para crianças de quatro anos, então lá faltam equipamentos,
641 por isso eu falei que está mais precário, é um dos problemas que temos que tentar
642 solucionar. A secretária Carla lembrou que já foi conversado com o Projeto Nova
643 História, com o pastor e a coordenadora, foi sugerido que tinha que se reorganizar. O
644 conselheiro Tierri colocou que naquela época o Conselho não tinha visitado a entidade e
645 agora foi verificado em loco. A secretária Carla colocou sobre a retificação da
646 resolução/CMAS/Nº 39/2014. Conselheiro Tierri colocou que conversou com a Marlene
647 (Fundação Proamor) e seria necessário alterar o valor do IEDC de oitocentas para
648 setecentas metas e uma pequena alteração no valor do Grupo Renascer, valor anual
649 alteraria de cento e vinte sete mil cinquenta e quatro reais e oitenta para cento e vinte
650 sete cinquenta e um e oitenta, então, três reais a menos. Esta última alteração é
651 necessária porque havia problemas na somatória do plano de aplicação e é mais fácil
652 alterar a resolução do que a entidade alterar o plano. Aprovada a alteração na
653 Resolução/CMAS/Nº 39/2014. O conselheiro Adrianis falou que os funcionários do
654 Conselho merecem uma ressalva de louvor, pois trabalharam arduamente em cima
655 desses planos de aplicação, somando e ressomando e não fechava, os quatro
656 funcionários se viram loucos e a Marlene (Fundação Proamor) no pé deles, literalmente,
657 então vale lembrar de pedir para os contadores serem mais precisos nessa questão. O
658 conselheiro falou que chegou numa tarde e estava cada um num canto com uma série
659 de planos para verificar. A secretária Carla colocou que podemos perceber neste fato
660 que não há planejamento por parte das entidades, pois várias vezes as entidades
661 retornaram solicitando alterações, como: tirar o assistente social e colocar um
662 psicólogo, alterar a cozinha por um motorista, etc. O conselheiro Tierri colocou que
663 até por conta disso já houve uma conversa prévia, a qual vamos amadurecer aqui no
664 Conselho, de um projeto para dois anos que evita esse transtorno todo ano, vamos
665 discutir essa questão com a Marlene, ela é favorável a isso, mas vamos analisar melhor.



666 Conselheiro Anderson colocou que devemos dar os parabéns para o Conselho pela
667 mudança da nova sede, esta é uma luta extremamente antiga, tinha que ser
668 conquistada, fomos privilegiados, então parabéns às pessoas que foram responsáveis
669 por essa conquista, agora sim o assistente social tem um espaço descente. Conselheiro
670 Adrianis colocou: “se a Presidente me permite gostaria de ler uma crônica para nossos
671 conselheiros: *Meus amigos nessa manhã bonita e suave onde o sol é ainda um reflexo*
672 *dourado colorindo as nuvens do horizonte, neste momento matinal cheio de poesia e*
673 *encanto, alvorada estridente e festiva, os galos nos convidam ao labor do dia, desse*
674 *hoje que Deus nos concede misteriosamente para que possamos conseguir um amanhã*
675 *que é o futuro eterno da vida, então, aceitemos o convite e sentemos diante da máquina*
676 *de escrever para escrever esta página que é uma parte da obrigação diária e vamos*
677 *batendo o teclado e ouvindo a música da madrugada que os reis do terreiros enviam. A*
678 *melodia estridente que os galos tecem saudando uns aos outros trás até nós uma*
679 *mensagem festiva, é Natal parece que seu canto tão corriqueiro e às vezes irritantes se*
680 *animam agoracantigas Natalinas evocando a grande festa que se aproxima depois*
681 *os tempos desfilaram pela face do mundo e aos homens se renovam para uma estrada*
682 *eterna da vida, as civilizações se sucederam e a noite de luz que nos trouxe a*
683 *mensagem: Glória a Deus nas alturas e paz na terra aos homens de boa vontade, ficou*
684 *para trás encoberta pela poeira do tempo e eu me obscureci pela cegueira, nossas*
685 *almas que se comprazem no erro, no entanto essa manhã princesina nascida nessa*
686 *quadra do ano em que o Natal de Jesus é preocupação de todos os cantos estridentes*
687 *dos galos que conversam dentro da madrugada nos convida a meditação e a prece,*
688 *meditação sobre a doutrina: amai-vos uns aos outros com o seu sentido de renovação e*
689 *purificação do nosso espírito e o mesmo canto do galo há dois mil anos que nos vem*
690 *lembrar que todas as madrugadas são momentos de renascermos, de renovarmos*
691 *nossas tendências e penetrarmos no caminho de luz que Jesus traçou na majestade*
692 *humilde da manjedoura que o canto estridente dos galos cortando as madrugadas todos*
693 *os séculos possa despertar nossa consciência para o verdadeiro bem e a nossa prece*
694 *desse momento é a nossa rogativa nesse momento evocativo, que a mensagem se faz*
695 *mais presente em nossos corações convidando a seguir o roteiro do evangelho da vida*
696 *e sigamos, não erremos o caminho.* Feliz Natal para todos. Essa é uma crônica do pai
697 do Armando, Sr. Guaracy Paraná Vieira, eu aproveito a oportunidade para esternar
698 meus pedidos de desculpas por possíveis incorrespondências ou indelicadezas que por
699 vezes nos fazem exaltar os ânimos, cumprimentar Beatriz por esse ano, esse tempo de
700 Conselho, a Carla pela secretaria, o Tierri, a Patrícia a Cleusa e a todos os
701 Conselheiros. Oxalá nós saíssemos sempre dessa mesa, aqui ninguém tem nada contra
702 ninguém, mas nós cumprimos aquilo que é o nosso trabalho, apenas divergir, mas



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

703 nunca rachar, bom Natal para todos.” Secretária Carla lembrou que foi enviado aos
704 conselheiros o calendário das reuniões do próximo ano e conforme sugestão propor a
705 alteração da sexta feira para outro dia. Ficou decidida a última quinta feira de cada mês.
706 Finalizada a pauta e nada mais havendo a tratar, a presidente Beatriz de Souza
707 encerrou a reunião às quatro horas. Esta ATA foi transcrita pelas assistentes
708 administrativas Patrícia Mitui e Cleusa Szreider e redigida por mim, Carla Bühner Salles
709 Rosa, secretária executiva que, após aprovada segue assinada pela Presidente e
710 demais conselheiros presentes.